

UBUNTU: UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA AS TEORIAS CONVENCIONAIS POSITIVISTAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS¹

Clemente Mendes²

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo lançar uma contribuição Crítica às Teorias convencionais positivistas nas Relações Internacionais, que são, por excelência, instrumentos político e epistemológico da subalternização e da exclusão dos saberes dos povos do sul global. Esses são mecanismos que expressam essencialmente a violência epistêmica e ontológica, outrossim exprimem as formas da negação da possibilidade da existência de diversas formas de saberes, do conhecimento e da sua produção quase em todos os campos dos saberes, inclusive nas Relações Internacionais, privilegiando saberes eurocêntricas em detrimento dos demais. Nessa ótica, o presente trabalho preconiza a afirmação de *ubuntu* como categoria epistêmica e teórica de uma abordagem crítica ao *mainstream*, no que concerne a possibilidade da ordem e segurança internacional mas também relações entre os Estados. Nesse propósito, estudo segue uma orientação metodológica essencialmente qualitativa, fundamentada na pesquisa bibliográfica, com base na análise e interpretação de conteúdos teóricos. Em razão disso, o delineamento teórico epistemológico segue abordagem transversal e interdisciplinar, as quais dialogam com a perspectiva decolonial, pós-moderna e pós- positivista.

Palavras-chave: Filosofia africana. Relações internacionais - Filosofia. Teoria do conhecimento. Ubuntu (Filosofia).

ABSTRACT

This research aims to launch a contribution to the Critiques of conventional positivist Theories in International Relations, which are par excellence political and epistemological instruments of subalternization and exclusion of knowledge of the peoples of the global south. These elements pointed out, are mechanisms that express essentially the epistemic and ontological violence, also express the forms of denial of the possibility of the existence of various forms of knowledge, knowledge and its production almost in all fields of knowledge including in International Relations. Fact that really, ends up privileging Eurocentric knowledge to the detriment of another knowledge. In this perspective, the present work advocates the affirmation of Ubuntu as an epistemic and theoretical category of a critical approach to the mainstream regarding the possibility of international order and security and relations between states. In this purpose, this study follows a methodological orientation essentially qualitative, based on bibliographic research based on the analysis and interpretation of theoretical content. Therefore, the epistemological theoretical design follows a cross-sectional and interdisciplinary approach that dialogues with a decolonial, postmodern and post- positivist perspective.

Keywords: African philosophy. International relations - Philosophy. Theory of knowledge. Ubuntu (Philosophy).

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz.

² Bacharel em Humanidades e graduando em Relações Internacionais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado de inúmeras investigações e discussões acaloradas em sala de aula durante o curso de bacharelado interdisciplinar na Unilab ao longo dos anos 2015 a 2022, especialmente sobre cultura, sociedade e filosofia africanas, saberes tradicionais, decolonialidade e/ou a dinâmica dos estados pós-coloniais, dentre outros. Outrossim, no curso de Relações Internacionais, o debate consiste em uma estrutura estanque e centralizada sob a ótica colonial e positivista.

A despeito disso, entende-se que não se pode compreender os fenômenos de relações internacionais de forma estática e impermeável. Por conseguinte, insurge a necessidade de ampliar o debate nas relações internacionais, problematizando-o com os conceitos que até recentemente têm sido restritos às outras áreas de concentração, e que, se forem tratados de modo atento, podem incrementar a eficácia nas análises do objeto. Nesse sentido, introduzir conceitos para trazer novas abordagens candentes relacionadas aos estudos em curso de relações internacionais contemporâneo pode permitir o uso de novas ideias, possibilitando responder demandas contemporâneas e explicar situações mediante novos atores internacionais em cena inscritos numa estrutura local e/ou superestrutura global, na qual os interesses esclarecidos dos Estados podem ser observados à luz da comiserção, e portanto, para além da dominação e da usurpação.

O tema deste estudo lança uma pergunta simples, porém objetiva: porque é importante pensar o conceito de Ubuntu nas teorias de relações internacionais?

O presente trabalho está desenvolvido em cinco seções, a saber. Na primeira, trata-se da apresentação de abordagens decolonial sobre a realidade da disciplina Relações Internacionais (RI) e a opressão epistêmica reproduzida nela. A segunda seção compreende uma teorização crítica do Ubuntu ao realismo positivista. Na seção seguinte tem-se uma abordagem crítica do Ubuntu ao neoliberal institucionalista. A quarta parte tem o mesmo objetivo, mas voltado às premissas da escola inglesa sobre valores e interesses ditos comuns como sinônimo da ordem internacional. Por fim, tem-se a última seção, na qual se aborda a realidade de relações internacionais e se apresenta proposta alternativa de como as relações internacionais devem ser construídas para garantir a paz e a ordem global sustentável.

Essa pesquisa segue uma orientação metodológica essencialmente qualitativa, fundamentada na pesquisa bibliográfica, com base na análise e interpretação de conteúdos teóricos. A revisão bibliografia desenvolvida neste estudo é diversificada, pois abrange o campo filosófico, as ciências sociais, dentre outras áreas. Do ponto de vista teórico, tem-se

como base as abordagens pós-modernista, pós-positivista, com ênfase na decolonial, pós-colonial, teoria crítica e construtivista das RI, para identificar melhor a hierarquização e exclusão epistemológica e ontológica nessas, bem como compreender como o sistema de relações internacionais é construído e apresentado pelo *mainstream*.

Sabe-se que os atributos fundamentais do *Ubuntu* consiste em adjetivos tais como: carinho, partilha, respeito, compaixão (amor, apreço), solidariedade solidária, comunidade, vínculo, família, negociação, consenso, democracia, tolerância, paciência, diplomacia, compreensão e empatia (perdão e bondade) (BROODRYK, 2005, p. 175). Esses valores expressam uma sociedade africana naturalmente humanista, baseada na comunidade, e socialista, diferentemente da civilização ocidental. Socialmente, tanto as organizações estatais como as internacionais podem ser motivadas para treinar seus atores, usando o *Ubuntu* nas suas relações com demais, fraternidade e solidariedade global.

A devida proeminência em introduzir a prática de solidariedade evidenciada em muitas sociedades africanas ao plano institucional sempre foi objeto de análise de muitos teóricos africanos e diáspora africana. O líder independentista africano, Kwame Nkrumah, na sua obra intitulado *África deve unir-se* (1977), preconizava a união dos povos africanos, apontando para o maior alinhamento dos Estados em diversos segmentos da sociedade, essencialmente no que concerne ao plano geoestratégico e econômico, incluindo a maior circulação de pessoas e bens no território e trazendo luz ao projeto pan-africanista. Igualmente, Achille Mbembe (2021, p. 71) tece uma crítica contundente às atuais barreiras implementadas por certas nações ocidentais, que restringem determinados grupos de migrantes de adentrarem em seus territórios, o que representa a negação da própria ideia da humanidade e da narrativa do homem universal para o “devir humano face a racionalidade algorítmica e biotecnológica”.

1.1 AS ABORDAGENS DECOLONIAIS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Diversos estudos apontam que as abordagens feministas foram absorvidas tardiamente nas relações internacionais, por fatores que explicam a origem e as condições históricas do patriarcado androcêntrico, que coloca o homem na posição da superioridade enquanto a mulher é posta numa posição de subalternidade em diversas esferas, tais com política e econômica, mas sobretudo no domínio epistemológico. Na área das Relações Internacionais, a produção teórica foi basicamente dominada pela concepção positivista androcêntrica, fato que fez com que o pensamento feminista na disciplina de RI, assim como outras perspectivas epistemológicas e ontológicas, vítimas da colonialidade do saber e do ser, fossem alvos do silenciamento, da

invisibilização e exclusão na teorização das relações internacionais.

Mediante essa realidade, o desafio do pensamento feminista é necessariamente trazer à tona a marginalização das mulheres nos debates teóricos das RI pela predominância da cultura sexismo e masculinidade. Perante essa realidade, a luta do feminismo não se restringe apenas à exposição da exclusão e da violência contra mulheres, mas busca inserir a visão feminina nas RI. Precisamente, é nessa ordem de ideia que muitas correntes do pensamento feminista propõem a desconstrução das teorias de RI e reconstruí-las, a fim de permitir a coexistência de perspectivas teóricas das Relações Internacionais, inclusive aquelas que foram excluídas pela vigência da metodologia positivista e o andocentrismo (SARFATI, 2005, p. 295.)

As teorias feministas acreditam que “[..] existe uma feminilização dos oprimidos das relações internacionais, ou seja, toda forma de opressão é uma feminilização, independentemente da sua origem e natureza” (SARFATI, 2005, p. 294). Nessa perspectiva, pode-se identificar a ausência do pensamento teórico do Ubuntu no campo das Relações Internacionais como consequência da exclusão e da violência epistêmica das teorias do *maenstream* positivistas eurocentrado, e não por falta das condições epistemológica e ontológica para ser uma teoria de RI.

Paul Kagame, mencionado por Kashindi (2021, s/n), afirma que “[..] Ubuntu trata-se de duas palavras em uma, a saber: “*ubu*” e “*ntu*”. A primeira está associada a uma ontologia, aos fundamentos da realidade, e a segunda a uma epistemologia, quer dizer à possibilidade de conhecer tudo o que existe”.

Portanto, o Kashindi (*idem*) reitera que *ubuntu* é definido como condição de ser e de conhecer, o que significa ressaltar que o referido conceito é uma ontologia e epistemologia que reflete formas de realidade e como se pode conhecê-la e vivenciá-la. Todavia, Ubuntu não está numa posição marginal nas relações Internacionais, mas da ausência, o que se coaduna com a análise do Boaventura (2007) “[..] as linhas cartográficas “abissais” que demarcavam o Velho e o Novo Mundo na era colonial subsiste estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem constitutivas das relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo”. (SANTOS, 2017, p. 71).

Ficou patente de que Ubuntu ainda não é uma prática teórica dentro da disciplina, pois ele se situa epistemologicamente no outro lado de linha abissal, a zona de não ser, como disse Fanon, resultado do racismo intelectual que despoja a racionalidade e epistemologia dos povos não ocidentais. Isso constitui a preocupação de muitos pensadores pós-colonial e decolonial do Sul global, como Dussel (2005, s/n), o qual adverte que a colonialidade não deve ser um simples conceito pós-moderno, ou seja, a continuidade crítica da diferença colonial, mas deslocamento

do pensamento dentro de uma consciência crítica da geopolítica do conhecimento.

A negação ou exclusão de condição do ser e do saber ao Sul, perpetrado pelo mito da modernidade ocidental ou razão eurocêntrica, violenta, desenvolvimentista, hegemônica, fez Dussel (2005, s/n) criar o conceito “Trans-modernidade” como projeto mundial de libertação, em que a alteridade, que é coessencial à Modernidade, igualmente se realize. Mignolo (2003, s/n), por sua vez, na sua obra “Geopolítica do conhecimento e diferença colonial”, construiu uma abordagem crítica à estratificação e hierarquização do conhecimento pela força epistemológica eurocêntrica, vinculada a conjuntos de sistemas e projetos de dominação global, nomeadamente a modernidade, o colonialismo e capitalismo, que são os principais instrumentos da violência epistemológica do Ocidente sobre diversas formas de ser e de conhecer.

É importante pôr fim ao imperialismo cognitivo e afirmar as epistemologias do Sul a partir do questionamento: “Por que as epistemologias do Sul? Segundo Santos (2007, p. 1), “[..] a epistemologia do Sul diz respeito à produção e à validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição provocadas pelo capitalismo [...]”. Elas visam desconstruir a relação de poder hierárquico, sua estrutura e conhecimento que sustenta a dominação e a subordinação das epistemologias do Sul em detrimento do Norte. As epistemologias do Sul se orientam essencialmente em busca de alternativas que consistem no pensamento alternativo da alteridade, que defende a diversidade epistemológica e simétrica (SANTOS, 2007, p. 76).

Uma outra questão importante na RI é a negação do plurívoco ontológico por teorias tradicionais positivistas, ou seja, as teorias positivistas de RI não aceitam a possibilidade da existência de diversas realidades e distintas formas de conhecê-las.

A rejeição do pluriverso ontológico é um equívoco grosseiro, uma visão reducionista da realidade. Isso porque não há nenhuma teoria que tenha visão cabal e absoluta da realidade. Cada teoria só tem apenas a possibilidade de observar um ângulo específico da realidade. Por isso, todas elas são válidas e úteis, pois teorias têm algo importante a oferecer para a compreensão de qualquer fenômeno.

Nesse sentido, é necessário encontrar o pluriverso em busca de alternativas em outros mundos, trazendo a questão da ontologia para o centro do debate e afirmando a existência do pluralismo ontológico ou muitos mundos e realidades e ao mesmo tempo. Para isso, deve-se desvendar a cobertura do mito da modernidade sobre a pluriversalidade (REVISTA BRASILEIRA DA POLÍTICA INTERNACIONAL, 2016).

O pluriverso é um abrigo para a coexistência de todas narrativas e visões de mundo que são excluídas pela ontologia ocidental. Então, pensar global em termos de muitas cosmovisões não é apenas se posicionar criticamente, mas adotar uma perspectiva emancipatória (REVISTA BRASILEIRA DA POLÍTICA INTERNACIONAL, 2016).

Na visão pluriverso, o universo é um fruto de construção histórica, sendo isso, aceitação de uma determinada realidade como universal, e praticá-la como tal, estaríamos também limitando outras realidades e conseqüentemente reproduzindo a exclusão, construindo uma realidade universal.

É certo que outras narrativas são consideradas mitos, mas a modernidade também é uma narrativa mítica que se torna predominante, ocultando outras perspectivas existentes (REVISTA BRASILEIRA DA POLÍTICA INTERNACIONAL, 2016).

A pretensão positivista universalizante precisa ser criticamente questionada, pois, segundo Haraway (1995), não existe conhecimento não localizado, todo conhecimento é localizado, e esse expressa a melhor forma de fazer a ciência. Há várias maneiras de saber. Todavia, na concepção positivista, a ciência seria a única e melhor ferramenta para conhecer a realidade e produzir conhecimento. Esse fato não é necessariamente correto para a ontologia andina. Segundo esta, a visão da realidade não é fixa, ela pode mudar, dependendo do espaço e tempo. Existem o conhecimento racional e espiritual, e, portanto, pode-se conhecer a realidade por meio de processos tanto racionais como emocionais ou rituais. O conhecimento não é apenas racional, mas também afetivo, emocional, corporal, mítico, e pode ter origem na experiência, na memória e no sofrimento.

1.2 UBUNTU E SUAS CRÍTICAS ÀS PREMISSAS REALISTAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Há um acordo quase unânime entre teorias positivistas de que o sistema internacional é anárquico em virtude da ausência de uma autoridade suprema mundial capaz de estabelecer leis e ordem. Por essa razão, nas RI todos os atores estatais formalmente gozam do status iguais e nenhum Estado deve se submeter à ordem de outrem. Nesse cenário, cada Estado é autor da sua própria segurança, cujo a propriedade de um Estado seria determinada pela sua capacidade relativa de proteção e conservação do seu bem e interesse.

Nesse caso, percebe-se que o realismo retrata o sistema internacional como uma arena de conflitos e de guerras generalizadas, em que cada unidade deve buscar autossuficiência e o acúmulo do poder, a fim de assegurar a sua própria sobrevivência. Com isso, os conflitos,

guerras e disputas são constantes e inevitáveis. Nessa perspectiva, a ordem internacional seria alcançada pelo equilíbrio do poder conforme teoria realista (WALTZ apud SARFATI, 2005, p. 149).

O realismo moderno e o neorealismo, apesar de terem diferenças quanto ao nível de análise, convergem quanto ao equilíbrio do poder como forma de garantir a ordem, o Estado como ator central na política internacional e movido pelo poder. O realismo moderno de Eduwad Carr (2017), na sua visão, mediante a realidade das relações internacionais, marcada essencialmente pela anarquia, que seria a consequência da inexistência do contrato social mundial, a ordem e segurança internacional, só seria logrado pelo uso ou demonstração de força e não quaisquer leis morais (SARFATI, 2005, p. 147).

Quanto ao Morgentau (2003), o interesse dos Estados é determinado pelo poder, e doutrinas normativas não podem garantir a ordem ou governar o universo, mas sim pelos mecanismos ‘negativos’, ou seja, pelo balanceamento do poder. Na perspectiva neorrealista do Waltz, enquanto o sistema permanece anárquico, as estabilidades e a ordem seriam mesmo anarquia. Assim sendo “[...] a anarquia é uma pré-condição da estabilidade da ordem, pois significa uma ordem de Estados” (WALTZ, apud SARFATI, 2005, p. 151).

A Teoria Ubuntu adota uma perspectiva construtivista e pós-modernista para direcionar criticamente as proposições realistas sobre a estabilidade e a ordem internacional. Nessa abordagem, a ausência do governo mundial não significa dizer que o sistema é anárquico cujos Estados podem agir conforme poder e intender, porque, na teoria Ubuntu, existem valores da humanidade que podem ordenar o mundo e diversas formas de relações existentes nele. Entre esses valores, tem-se como exemplos: humanidade, solidariedade global, e sentido da alteridade.

Portanto, o equilíbrio do poder e anarquia não podem manter a estabilidade e a ordem internacional por causa das suas próprias naturezas, pois essas são criadas para gerar mais competições e perpetrar conflitos e jamais manter a ordem. Conflitos, competições e desordem acontecem não por inexistência de um poder central ou porque o sistema é anárquico, mas é a teoria que cria e sustenta o sistema da anarquia. Portanto, como disse o Wendt, anarquia é o que Estados fazem dela. Por outro lado, anarquia, como defendem Ashley et al. (apud SARFATI, 2005, p. 240), é o meio de legitimação das práticas de guerras hegemônicas.

O realismo, além de retratar as relações internacionais a partir da sua visão ontológica e metodologicamente, também estabelece princípios que orientam interações entre Estados. Ele não apenas descreve o funcionamento das relações entre os Estados, mas também o influencia normativamente, prescrevendo aos Estados como devem agir para sobreviver no sistema

internacional (ISQUIERDO, 2020)

A perspectiva realista é fundamentalmente equivocada, isso porque a anarquia é a consequência da existência dos Estados soberanos modernos que por sua vez, não é inato, dito de outra forma, não é espontâneo ou dado, foi o resultado de um processo e/ou construção histórica. Por isso, segundo Ashley (apud SARFATI, 2005, p. 241), o Estado não é uma entidade ‘natural’, quer dizer, a situação geográfica mundial moderna é fruto da construção do Estado moderno, que não tem a base natural que justifique delimitações das fronteiras físicas dos Estados. Sendo assim, é importante ter uma compreensão crítica sobre a finalidade da criação do Estado moderno.

Não se pode considerar entidade Estatal como elemento que precede a história, apolítica e muito menos a ciência, pois não há origem ‘natural’ dos Estados, mas uma construção histórica (ASHLEY apud SARFATI, 2005, p. 241).

Com base nessa abordagem, pode-se compreender que a geopolítica seria a consequência direta da relação de poder no cenário da política internacional ao longo da história, onde as distintas nações disputam para afirmar e consolidar suas soberanias sobre determinado espaço geográfico (SARFATI, 2005, p. 241).

A teoria constrói uma realidade das relações internacionais na qual atores Estatais acreditam nela como se fosse uma fatalidade. É a teoria que constrói ideias e determina como o sistema deve funcionar e não algo preexistente. Nesse caso, se um paradigma teórico predomina, pode empurrar atores Estatais a procederem em conformidade conforme perspectiva teórica dominante. Não é por acaso que, na história de RI, houve época em que paradigma liberal predominava, noutro momento o realismo assumiu a preponderância, e assim por diante. Portanto, tanto Estado quanto anarquia não são fenômenos naturais, mas meramente construídos pela mesma teoria.

Numa visão Ubuntu, as guerras e conflitos derivam-se geralmente da competição, exclusão, antipatia e espírito da dominação, que são principais valores básicos do Ocidente. Sendo assim, a vigência desses valores no cenário da política internacional, infalivelmente, produz conflitos e guerras.

Na verdade, a teoria das RI é dominada pelos pensadores ocidentais, inclusive estadunidenses e, por conseguintes, seus valores, os quais tornam-se *modus operandi* do sistema internacional. Como está referenciado anteriormente, o pensamento teórico feminista entrou tardiamente no campo de RI. Isso porque, de acordo com a Tickner (apud SARFATI, 2013, p. 298), “[...] a construção de todas as teorias de RI é profundamente baseada pela concepção androcêntrica masculinizada”.

Para Tickner (apud MONTE, 2013, p. 71), tanto o comportamento como a formação da identidade Estatal são fortemente influenciados pela cultura de musicalidade hegemônica. Isso trata-se particularmente da especificidade da visão do Ocidente sobre relações internacionais baseadas na agressão, competitividade e afirmação da autonomia. Curiosamente, todas essas características se alinham com alguns conceitos centrais para a explicação do comportamento estatal das abordagens positivistas: o conflito como resultado da busca autointeressada por segurança, o equilíbrio de poder como resultado da competição entre Estados (TICKNER apud MONTE, 2013, p. 71).

Vale ainda frisar que o mundo das relações internacionais não só é representado pelas normas da masculinidade, mas, sobretudo, pela hierarquização de raça, entre Norte e Sul, periferia e centro, metrópoles e colônias. Nesse caso, o significado de raça desempenha o papel crucial na criação do sistema mundial moderno e nas representações e explicação de como esse sistema surgiu e como funciona (WALKER et al., 2001). Raça é uma categoria criada pelo Ocidente para justificar o colonialismo e ao mesmo tempo contribuiu para sustentar a estrutura da política internacional hierárquica e a “reprodução de uma ordem global estratificada e profundamente injusta” (BELL, apud QUADRO, 2019).

Conforme Sarfiati (2005), nas relações internacionais, todos os Estados estão em condições de igualdade de soberania do ponto de vista formal, em função da falta de uma autoridade suprema que dita leis e regras de conduta a serem acatadas, todos movidos pelo poder e interesse nacional, e na busca de concretização do poder e interesses, podem colocar em causa a existência dos outros. Por isso, o balanço de poder, na abordagem realista moderna é necessário para reduzir o maior poder do outro ou aumentar o poder relativo.

Essa doutrina constituiu a base que justifica comportamentos agressivos dos Estados, sobretudo os mais poderosos, perpetuando invasões e conflitos internacionais. O exemplo perfeito disso é a atual invasão Russa à Ucrânia, que seria a consequência do balanceamento do poder, pois, obviamente, a Rússia invadiu a Ucrânia como forma de contenção ao poder do Ocidente, representado pela “*Organização do Tratado atlântico Norte*” (OTAN).

Desde então, percebe-se que as premissas teóricas positivista de RI, por exemplo, realista e neorrealista, teoricamente construíram o cenário da política internacional sob a lógica de salva-se quem puder, da luta pela sobrevivência ou poder e balanceamento de poder. Tem-se tudo isso como forma de interação entre Estados soberanos, considerando a realidade da anarquia ou melhor a inexistência de um poder central mundial capaz de ditar ordem mundial.

2 UBUNTU E A CRÍTICA AO NEOLIBERAL INSTITUCIONALISTA

Os neorrealistas, assim como os neoliberais, consideram o sistema internacional como anárquico. Porém, para os neoliberais, sobretudo Keohane, anarquia é apenas o sistema descentralizado, ou seja, ausência de um poder supremo internacional que faz todos os Estados formalmente iguais entre si, e ninguém deve obedecer a ninguém. Porém, as relações internacionais contemporâneas não podem ser associadas ao caos, tragédia ou estado de natureza, mas sobretudo pela ordem regras e normas estabelecidos pelas instituições (KEOHANE, 1989, p. 5).

Na perspectiva teórica neoliberal, as instituições são definidas como bases fundamentais para ordem internacional, e o nível da institucionalização exerce grande influência sobre o comportamento dos Estados (SARFATI, 2005, p. 156).

Precisamente, é nessa questão que tanto as premissas neoliberais quanto realistas caem no tremendo equívoco, uma vez que instituições, apesar de serem mecanismos importantes para a cooperação e estabilidade da ordem internacional, não são suficientes para assegurá-la. Além disso, a história tem nos ensinado que nem sempre os Estados se comportam conforme regimes institucionais, e quanto às regras, normas e princípios institucionais, são constantemente violados, principalmente por Estados mais poderosos, quando acreditam que seus interesses estão colocados em causa.

Pode-se referenciar outra vez o caso recente da Invasão da Rússia à Ucrânia como exemplo que ilustra a vulnerabilidade das instituições em estancar conflitos, muito menos influenciar comportamento dos Estados. A Organização das Nações Unidas e a União Europeia, com todos os embargos efetuados contra a Rússia, com vista a dissuadir a sua determinação no conflito, porém não conseguiram fazer com que a invasão russa chegasse ao fim, muito pelo contrário, as sanções têm intensificado ainda mais o conflito.

Sendo isso, ficou evidente que as abordagens institucionalista neoliberal e da escola inglesa têm apresentado limites teóricos quanto à ordem internacional e como os comportamentos dos Estados são em última instância influenciados ou determinados dentro do sistema internacional. Nesse sentido, as instituições são feitas e sustentadas por Estados poderosos e não podem agir de forma isolada, autônoma ou imparcial, muito menos atuar contrariamente aos interesses dos mais poderosos.

Nesse contexto, as instituições são vulneráveis relativamente aos países fortes. As ações das instituições internacionais apresentam a eficiência quando se trata da questão que envolve países menos poderosos, fracos e pobres, e, em diversas vezes, elas funcionam a serviço dos

Estados dos quais mais dependem para seus funcionamentos. É nessa perspectiva que Cox (apud SARFATI, 2005, p. 252), afirma que não se deve aceitar as instituições como dadas, é preciso questionar tanto suas origens como as mudanças evidenciadas ao longo dos tempos, para, assim, formular uma renovação. Para o referido autor, as instituições desempenham papel fundamental na estabilização e perenização apenas de uma ordem particular. Naturalmente as instituições tendem a manter as relações de poder dominantes, proporcionando imagem coletiva compatível. Além disso, elas refletem ideias específicas de certos Estados.

Nesse caso é importante questionar quais são valores vigentes nas principais OIs, por exemplo, a ONU, Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), e suas origens. Os valores compartilhados nessas organizações são de diversas proveniências, tanto do Sul bem do Centro? Será que existe uma parcela de valores tradicionais dos povos Indígenas, aborígenes e valores de Ubuntu africana?

O que se verifica aqui é a aplicação de valores dos mais fortes quase em todas as organizações internacionais. Muitas OIs foram criadas pela iniciativa estadunidense e europeia, sendo, portanto, carregadas de seus valores culturais e suas agendas.

As instituições importam e impõem princípios e valores e culturas dos mais fortes sobre os mais fracos. O que se assiste até hoje é a difusão ou a universalização de determinados valores, ou seja, a exportação da democracia neoliberal e da economia neoliberal para todo o mundo ou a mundialização do modo de produção capitalista, assegurada pelo FMI e BM. É importante entender que o funcionamento dessas instituições não está dissociado ao neoliberalismo ou capitalismo, o exemplo emblemático dessa realidade é o programa de ajustes estruturais do FMI, que obrigou muitos países, sobretudo africanos, a abandonarem regimes e/ou ideologias socialistas para adotarem políticas o sistema política capitalista. Não obstante, Jean Ziegler (2013, p. 169) os define como *os três cavaleiros de apocalipse da fome*, dada formação tecnocráticos dos referidos dirigentes das “instituições de altíssimos voo e realistas desprovidos de estado de alma”.

É necessário democratizar as organizações internacionais em termos de valores e culturas, repensar e apostar nas instituições que promovem mais a soberania popular e sistema de Estado plurinacional e interculturalidade, que permeia os limites de estado-nação moderno, rompendo com a lógica de neoliberal da competição baseada na exploração e na exclusão econômica.

Não se pode duvidar que a OMC coopta com preservação da divisão internacional de trabalho, que resulta na exploração dos países subdesenvolvidos, aprofundando as suas dependências. Com isso, torna-se evidente que não se pode esperar a paz e a ordem

internacional proporcionada por instituições internacionais, pois, além de ter suas limitações, suas sobrevivências dependem necessariamente das potências hegemônicas. Por isso, em muitos casos, elas funcionam sob a orientação e a conveniência dos Estados poderosos e não simplesmente em função de estabelecer normas e regras que possam garantir a ordem.

Mediante essa realidade, observa-se que o institucionalismo neoliberal não pode viabilizar a ordem considerando o seu caráter e limitações. Quanto a isso, é necessária uma reforma teórica e epistêmica nas RI, abrindo espaço para a afirmação de novos paradigmas teóricos regidos por valores da humanidade e da solidariedade global. A estabilidade de ordem não é determinada pelas instituições, mas pelas forças sociais transnacionais, conforme Cox (apud SILVA, 2005, p. 268). Portanto, essas forças sociais transnacionais influenciam os Estados por meio da estrutura mundial e não mais das instituições.

2.1 UBUNTU, SUA CRÍTICA AOS VALORES E INTERESSES SUPOSTAMENTE COMUNS DA ESCOLA INGLESA

A análise crítica aqui desenvolvida, direciona-se a Escola Inglesa sobre a possibilidade da ordem e sociedade internacional, embora tenha-se a consciência de que essa corrente de pensamento não é necessariamente da vertente positivista. No entanto, a sua teorização acerca da ordem merece uma análise crítica.

A Escola Inglesa, na pessoa de Hedley Bull, parte de pressuposto teórico de que, para que haja uma sociedade internacional, basta os Estados e outros atores identificarem interesses e valores comuns entre eles. Esses são pré-condições indispensáveis que levam atores estatais e não Estatais a se juntarem e interagirem politicamente fora de suas esferas domésticas. Valores e interesses comuns também são vitais na manutenção de ordem internacional por meio de regras e normas institucionalizadas (BULL apud SARFATI, 2005, p. 123).

A sociedade internacional pode ser caracterizada como um caso hipotético que só pode se realizar na situação do império universal. Primeiro, não é possível apenas sustentar uma sociedade com base nos valores e interesses comuns, em função da anarquia como postulam neorrealistas. Em segundo lugar, os valores e interesses basilares capazes de sustentar essa sociedade são dificilmente comuns. Além disso, não existem interesses e valores comuns a priori, ou seja, não existem interesses comuns antes do contato preliminar.

Os valores e interesses comuns são identificados ou construídos ao longo do relacionamento. As interações dos Estados precedem interesses comuns, e a sociedade internacional é basicamente formada pelo impulso da busca de satisfação dos interesses

individuais de cada Estado. Esses, por sua vez, serão ajustados e supostamente convertidos em valores e interesses comuns. Nesse sentido, não se pode dizer que os Estados se juntam formando a sociedade porque existem valores e interesses comuns preexistentes, mas constroem uma sociedade a fim de poderem concretizar seus interesses individuais.

Como Estado A pode saber previamente que teria os mesmos interesses que o Estado B? E como o Estado A teria interesses prévios opostos relativamente aos do Estado B, mesmo antes de ambos estabelecer o elo. Isso é geralmente inexistente, pois, segundo Wendt (apud SARFATI, 2005, p. 262), identidade é a base da construção dos interesses e somente passa a existir quando ambos começam a se relacionar. Ainda de acordo com Wendt (apud MONTE, 2013, p. 62), “[...] o processo histórico de relacionamento entre Estados permite que interesses estatais e relacionamentos interestatais se sofisticuem”.

Compreende-se que interesses e valores comuns não é um fato existente a ser descoberto, pois cada Estado busca contato com os demais, levando os interesses nacionais e não comuns ou internacionais. Portanto, interesse é construído no processo de relacionamento com os outros Estados. Não por acaso que os marxistas afirmam que a política externa de um Estado representa, por excelência, interesses das classes locais dominantes.

No que toca a ordem interracial, segundo Bull, (2002), é mantida basicamente por interesses comuns, regras e instituições. Compreende-se que esses atributos não são automáticos à ordem, isso porque, apesar de que os Estados tenderem a preservar interesses comuns, no entanto, podem ocorrer conflitos quando a ordem mundial passa a não refletir o interesse de uma parte.

A ordem não pode ser garantida pelas regras, pois elas geralmente são definidas pelos mais fortes, que não levam em consideração aos mais fracos (ONUF, 1989, apud MONTE, 2013, p. 62). Em primeiro lugar, para o autor mencionado, as regras são feitas e usadas para estruturar as relações de agir e na solução de problema de natureza política. Com isso, o funcionamento do sistema internacional descentralizado se explica por três possibilidades de organização, que são: hegemonia, heteronomia e hierarquia. A hegemonia consiste na condição diferencial entre Estados nas relações internacionais, onde atores mais fortes conseguem deturpar os sentidos das normas e regras que regem seus relacionamentos em detrimento dos seus interesses.

Quanto à hierarquia, diz respeito a questões de normas e regras jurídicas internacionalmente instituídas. O Direito Internacional público é um exemplo perfeito disso. A heteronomia trata-se das questões estruturais que determinam posições ou benefícios de outros em função da sua capacidade relativa, ou seja, ela oculta as relações assimétricas e

hierarquizadas dentro do sistema internacional, proporcionando formalmente uma ideologia dialógica da igualdade.

Ainda, conforme Onuf (1989, apud MONTE, 2013, p. 62), a hegemonia representa exatamente a realidade do sistema e a política internacional vigente. Portanto, na sua visão, a política mundial corresponde essencialmente a relações de poder nas quais países poderosos sustentam suas hegemonias não apenas por violência coercitiva, mas por meio do consentimento e símbolos. “No plano externo, há uma hierarquia entre Estados nacionais, cujos aqueles do Sul Global não apenas são subalternizados como também são considerados racialmente inferiores (SAID, 1994).

Um dos aspectos importantes da escola Inglesa de Bull, que se aproxima com a concepção do Ubuntu sobre relações internacionais, é a possibilidade da *Solidariedade dos Estados*, que seria uma nova fase do sistema de Estados, caracterizada pela estrita observância da Carta da ONU. Nesse sentido, faz-se necessário um grau extremo de solidariedade entre os Estados (BULL, apud SARFATI, 2005 p. 130). Entretanto, a observância da carta da ONU não resultaria em ordem, pois ela está enviesada por uma concepção do mundo ocidental, que não respeita a cosmovisão pluriversa. A ONU foi justamente criada para mitigar tensões e conflitos, mas nunca logrou esse objetivo.

Mediante essa questão, a solidariedade de Estados só pode ser materializada pela teoria que encarna valores da solidariedade, a exemplo da Teoria Ubuntu Alternativa e da cosmovisão Indígenas, visto que esses são capazes de estabelecer a solidariedade internacional, mundial e cósmica. Portanto, a ordem internacional, assim com as demais ordens, só pode ser almejada necessariamente pelo Ubuntu, Buen Vivir, entre outras dessa mesma natureza.

As cosmovisões do Ubuntu e dos povos indígenas têm diversos aspectos em comum, tais como a solidariedade, o senso de comunidade ou coletividade, a participação inclusiva e a interdependência intrínseca entre seres cósmicos. Quanto aos valores do Ocidente, vigentes nas relações internacionais, tem-se essencialmente competição, exclusão, individualismo e autoritarismo. Uma das grandes diferenças existentes entre ambas, consiste nas suas concepções sobre a natureza.

A Ubuntu e a cosmovisão indígena têm uma visão harmoniosa com a Natureza. Enquanto a concepção ocidental se assenta essencialmente no antropocentrismo, ou seja, o Homem no centro de todos os demais seres. O Ubuntu defende a pluviosidade ontológica e sua preservação; na concepção indígena, todos os seres têm o status igual. Nesse sentido o indivíduo não tem status superior aos demais entes, pois todos se interdependem para existir.

Os valores comuns vigorantes nas relações internacionais são fundamentalmente

eurocêtricos, baseados na exclusão, competição, individualismo e dominação. Esses, pela sua natureza, tendem mais a promover conflitos que a ordem. Portanto, o pensamento teórico da escola Inglesa apresenta limites no que diz respeito à questão de segurança e ordem internacional, porque a maior fonte da instabilidade ou conflitos internacionais reside nos valores da masculinidade hegemônica eurocêntrica, tendo Martin White e Hedley Bull como principais teóricos.

Nesse caso, apresentando os valores de Ubuntu africana e os tradicionais indígenas como soluções efetivas, não significa o propósito de hegemonia e desvalorização de outros valores, mas de demonstrar que esses são inerentes à solidariedade, caráter comunitário, paixão, generosidade, diálogo e empatia. Nesse sentido, revelam-se mais adequados para proporcionar a paz e assegurar a ordem internacional.

2.2 DA INTERDEPENDÊNCIA DOS INDIVÍDUOS À INTERDEPENDÊNCIA ESTATAL

Para Ubuntu, o indivíduo não faz sentido na comunidade e o seu sucesso é condicionado ao dos demais membros da comunidade. Isso é útil e válido para as relações internacionais. Nas relações internacionais, os Estados não devem ser vistos como elementos isolados, porque o sucesso de cada um, em certo grau, depende dos demais. Por exemplo, se o Produto Interno Bruto (PIB) de um país cresceu exponencialmente em consequência do superávit registrado na sua balança comercial do seu comércio exterior, é porque houve o intercâmbio comercial com outros países. Por isso, Ubuntu defende a interdependência nas relações internacionais, uma interdependência da alteridade Estatal e de relações equitativa justa e solidário, mas não a interdependência que escamoteia e reproduz a dependência, reestruturando a colonialidade de poder em torno da emergência de transnacionais. A isso, Quejano (2010) designou histórico-estrutural da dependência, que não se verifica apenas entre o centro e periferia, mas também na dimensão da estrutura moderna colonial, assim como sistema mundo e economia capitalista.

O Ubuntu defende uma nova economia global justa, equitativa e sustentável, pois a prosperidade de todas as economias está ligada. Como a renda per capita diminuir nos países em desenvolvimento, a queda resultante da demanda será grave o suficiente para prejudicar a recuperação econômica global, levando a uma recessão mais profunda. Por outro lado, responder à crise humana, alcançar os objetivos do desenvolvimento milênio (ODM) e investir no meio ambiente gera ganhos econômicos para todos.

3 UBUNTU, TEORIA ALTERNATIVA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Propõe-se Ubuntu como teoria alternativa para relações internacionais não para desconstruir ou despir teorias tradicionais positivistas, muito menos para reivindicar o reconhecimento ou a legitimidade epistemológica e ontológica no campo de RI, onde o pensamento teórico de matriz africana, capaz de explicar e interpretar as relações internacionais, ainda é vetado, por conta da persistência da modernidade/colonialidade ocidental em todos os campos da construção e produção dos saberes. Nesse sentido, a África, no ponto de vista geopolítico do conhecimento, está localizado na base da pirâmide da hierarquia do conhecimento e do ser. Ela se encontra no outro lado de abissal da ausência das ausências e do Sul epistêmico.

O determinismo geográfico do saber e do ser tem influenciado negativamente a produção e a difusão dos conhecimentos dos povos africanos em diversos campos, particularmente acadêmicos e científicos. O impacto da produção do conhecimento e o seu alcance ainda depende, em grande medida, da sua localização geográfica. Além disso, a África, apesar de empenhos feitos em demonstrar que existe razão e a Filosofia africana, começando pelo padre missionário Belga Placid Tempels, Happia, Mbigui More, Ramose, dentre outros, ainda não convenceu o Ocidente nem conseguiu a sua legitimidade como tal, muito menos fazer escutar a sua voz no campo de RI.

Ubuntu, teoria alternativa de RI, propõe uma análise de relações internacionais que considere a visão teórica e epistemológica de Ubuntu, visto que as teorias tradicionais de base positivista já esgotaram seus limites e estão a conduzir a ordem internacional ao precipício, sobretudo os realistas e neorrealistas, que definem a ausência de governo mundial como anarquia, semelhante ao estado de natureza de guerra permanente de todos contra todos, ao darwinismo político internacional, onde os mais preparados devoram os mais fracos, estabelecendo condições de competição, exclusão, marginalização e conflitos muitos acirrados.

Quanto aos liberais e a sua vertente neoliberal, que acreditam que apesar do sistema anárquico descentralizado, não é caótico ou desorganizado, pois a segurança e a ordem internacional são mantidas pelas instituições, ou seja, essas criam normas e regimes que obrigam atores estatais a agir de forma padronizada, conforme regras institucionais estabelecidas. Parece que os liberais não deram conta de que os princípios e normas institucionais são sistematicamente violados por Estados mais forte. Tanto o Direito Internacional como as instituições não são capazes de garantir a ordem, pois são manipulados por Estados mais poderosos.

As teorias tradicionais da RI nunca foram capazes de oferecer objetivamente explicações funcionais sobre as relações internacionais. A título de exemplo, tem-se a incapacidade de previsão exata do fim da Guerra fria. Nesse sentido, conforme Nebrics (2022, s/n), o fim da Guerra Fria e as incertezas provindas dele mostraram que esse *modus operandi* da política internacional não é suficiente para gerar previsibilidade e harmonia entre os agentes. Por outro lado, também se percebe que, apesar do esforço das teorias pós-positivistas no ponto de vista crítico, essas não têm conseguido, em grande medida, apresentar soluções viáveis e sustentáveis sobre as relações internacionais.

Perante essas limitações, o cenário exigiu que novas formas de fazer política fossem concebidas. Nessa perspectiva, a teoria Ubuntu alternativa se apresenta como condição *sini qua non* para teorizar, de forma lógica e prática, as relações internacionais, construindo o ambiente de ordem e segurança internacionais de modo equilibrado e ordenado. Nesse sentido, para Ramose (2002, n/s), Ubuntu implica humanidade e flexibilidade orientada para o equilíbrio e para a harmonia no relacionamento entre os seres humanos. Se esses valores de Ubuntu se fossem dominantes na política internacional, seguramente a previsibilidade exata da política internacional seria assegurada, e as interações dos atores no sistema internacionais seriam harmoniosas.

As relações internacionais nunca deixou de ser relações dos indivíduos, mesmo tendo o Estado como ator central e quanto às instituições internacionais, também elas são dirigidas por indivíduos no ponto de vista construtivista, os quais são moldados por crenças e valores sociais. Nessa perspectiva, as relações internacionais só seriam mais pacíficas se fossem adotados valores e princípios tais como: fraternidade e a solidariedade global, interculturalidade, comportamento dos atores regidos pela justiça e equitativa partilha dos benefícios global, alteridade estatal e da soberania, diplomacia Ubuntu, comunidade e sucesso global inclusivo.

É verdade que a teoria Ubuntu alternativa pode ser entendida como teoria normativa, mas importa evidenciar que todas as ciências ou teorias são, em grande medida, normativas. O projeto alternativo da teoria Ubuntu visa mudanças de valores, tradições e princípios dominantes nas relações internacionais e Ois. Os valores eurocêntricos, fundados nas noções de superioridade, individualismo, exclusão, masculinidade hegemônica ocidental e darwinismo político, devem ceder lugar aos valores encarnados pela teoria Ubuntu alternativa, que são: humanidade, harmonia, alteridade estatal, solidariedade internacional, inclusão, sentido de comunidade, partilha justa e equitativa.

Portanto, a paz mundial, a ordem e a segurança internacional sustentável, serão alcançadas necessariamente pela incorporação efetiva dos valores Ubuntu nas relações

internacionais, assim como pelos atores e instituições internacionais, sejam elas intergovernamentais ou transnacionais. As mudanças de valores não representam, necessariamente, dizer a ruptura radical com valores tradicionais ocidentais, mas criar um ambiente de adaptação, do diálogo e copresença de valores, ou seja, construir RI de pluriverso de valores, sobretudo aqueles movidos pela harmonia, solidariedade e alteridade.

Nesse caso, o projeto de Ubuntu dialoga com a ética discursiva universal da teoria crítica, baseado na relação de princípios morais universais, contexto social e necessidades concretas dos indivíduos, viabilizando o diálogo aberto e inclusivo entre as comunidades e seus atores.

É indubitável que o campo de RI é dominado pela teorias *mainstream*, teoria realista em particular, que tem, por sua vez, influenciando significativamente a política internacional baseada na luta pelo poder que, corresponde ao ato da imposição da vontade de uma pessoa sobre outra ou estado sobre outro por meio de consentimento ou por meios coercitivos. Nesse caso, os Estados são regidos pelo poder para suas sobrevivência, segundo realistas, o que implica que as interações entre Estados é uma interação de luta pelo poder. Nesse sentido, as relações internacionais corresponderiam a uma demonstração da imposição de poder. Esse cenário, conforme Nebrics (2022), impõe a necessidade categórica de construir novas formas de fazer política, abrindo espaços, ainda com resistências, para que novas abordagens sejam contempladas. Nessa perspectiva, a África do Sul trouxe sua contribuição por meio do Ubuntu, pois “[...] o mundo está experimentando a necessidade prática de uma mudança paradigmática de luta pelo poder, para a parceria nas relações internacionais (NEBRICS 2022).

A teoria Ubuntu parte do propósito da realidade das relações internacionais numa perspectiva relacional, onde ocorre influência mútua para a existência de tudo. O conceito da comunidade ou sucesso coletivo deve ser portado para o campo da política internacional, no qual a alteridade Estatal deve ser privilegiada com base no reconhecimento e respeito ao direito das existências dos demais Estados e outros atores não estatais, pois esses constituem a base vital para a existência do sistema internacional e interações entre seus atores.

Os argumentos de Ubuntu “eu existo porque pertenço à comunidade” é válido para quaisquer relações e aplica-se também no campo das relações internacionais, pois não existe o Estado isolado. Todos os estados existem em relação aos outros, a outras entidades e aos seres cósmicos. Nesse caso, as lógicas do darwinismo político, da autoajuda e do “salve-se quem puder”, sustentadas pela teoria realista, precisam ser banidas, dando lugar aos valores Ubuntu.

A sustentabilidade da ordem e segurança internacional serão logradas com a ditadura Ubuntismo, incluindo valores congêneres como, por exemplo, “Buen Vivir”. Os valores

tradicionais vigentes nas relações internacionais têm causado crises de toda natureza, sejam elas do desenvolvimento desigual combinado, da dependência agônica da periferia do centro, da agressão neoimperialista, dentre outras. Tudo isso revela a necessidade de institucionalização dos novos valores acima referenciados.

Ubuntu pode ser descrita como a capacidade de uma cultura africana expressar compaixão, reciprocidade, dignidade, humanidade e mutualidade, no interesse de construir e manter comunidades com justiça e cuidado mútuo (KHOZA, 2006; MANDELA, 2006; TUTU, 1999, p-673). Nessa perspectiva, as instituições internacionais precisam adotar a diplomacia Ubuntu para promover clima de ordem e segurança internacional sustentável. Isso significar ter uma visão da política internacional voltada para o *Bulding Better Wold*, do livro branco da diplomacia Sul- Africana, a fim de construir o mundo melhor das relações internacionais (NEBRICS 2022). “A filosofia do ubuntu significa ‘humanidade’ e é refletida na ideia que as pessoas afirmam a própria humanidade quando afirmam a humanidade dos outros” (DIRCO, 2011, p. 4 apud NEBRICS, 2022).

Essá é uma lógica que não vale só nas relações interpessoais, mas também na política externa dos Estados nacionais, pois quando afirmam suas soberanias, reconhecem também as soberanias dos outros, caso contra, se retornaria ao neomedievalismo. Nessa perspectiva, conforme Nebrics (2022), um mundo onde as ameaças são cada vez mais pulverizadas, ao mesmo tempo que elas não respeitam fronteiras, limites e governos, a comunidade das nações necessita de um pensamento onde impere a percepção de que não se pode existir independentemente do outro.

Ubuntu, apesar de não ser ainda praticada na política internacional, a sua necessidade crucial é reconhecida pelos discursos de certos dirigentes das potências ocidentais. Por exemplo, segundo Ngunjiri (2010, p. 765), Hillary Clinton afirmou, muitas vezes, no seu discurso, que: “[...] é preciso uma aldeia para criar uma criança. Estamos agora percebendo que devemos aplicar uma abordagem análoga no mundo todo. Essa é a Diplomacia Ubuntu”, onde todos os setores são pertencebidos como parceiros e não como competidores, onde todos participam como partes interessadas, e onde todo o sucesso é conjunto e inclusivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessas reflexões finais, aproveita-se para enaltecer a importância da abertura de um novo debate teórico no campo das RI pela teoria Ubuntu alternativa, a qual traz uma

contribuição extremamente importante para as relações internacionais. Nessa perspectiva, é preciso incentivar mais o debate e a produção acadêmica a respeito, a fim de impactar positivamente no mundo da política internacional.

A Teoria Ubuntu alternativa marca uma presença contra-hegemônica no estudo das RI, com vista a provocar mudanças em termos teóricos e práticos. Além disso, proporciona uma visão de relações internacionais humanista harmônica, inclusiva e da alteridade da soberania Estatal.

Observa-se que RI estão fortemente dominadas pela academia do Ocidente e seus ideais. Ressalta-se também que não havia uma teoria das RI de matriz africana, o que não significa dizer que não existem bases epistemológicas, mas que isso ocorreu por causa da violência epistêmica que impera no campo nessa disciplina. Apesar disso, ficou patente que a Ubuntu é uma teoria das RI.

Referências

BROODRYK. J Filosofia de gestão do Ubuntu: Exportar a sabedoria africana antiga para o mundo global, 2005.

BULL, H. A sociedade anárquica. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, **DUSSEL Enrique, Europa, modernidade e eurocentrismo,** Buenos Aires CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

CAAR E. H Vinte anos de crise 1919 - 1939 Uma introdução ao estudo das relações internacionais, PPGEST 2017.

HARAWAY Donna, saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial, EUA, University of Maryland, College, 1995.

ISQUIERDO Larissa Bozza, pensando o gênero nas relações internacionais 2010, NEPRI/UFPR Curitiba.

KASHINDI Jean Bosco Kakozi, Ubuntu: filosofia africana confronta poder autodestrutivo do pensamento ocidental, avalia filósofo, 2021 Rio Grande do Sul.

KEOHANE, R. O. International institutions and state power. Boulder: 1989 Revista. Brasileira da Política. Internacional, **encontrando o Pluriverso: Procurando alternativas em outros mundos,** 2016.

KHOZA, R. J, Let Africa Lead: African Transforma tional Leadership for 21stCentury Business (Vezubuntu, Johannesburg). 2006.

MBEMBE, Achille. Brutalismo. N.1 edições. 2021.

MIGNOLO D. Walter, **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**, 2008, Duke University, Universidad Andina Simón Bolívar.

MIGNOLO D. Walter, **Las geopolíticas del conocimiento y colonialidad, del poder** 2003, **Polis**, Revista Latinoamericana.

MONTE Izadora Xavier, **O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais** 2013 École des Hautes Études en Sciences Sociales

MORGENTHAU, H. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. São Paulo 2003.

NEBRICS, **somente sou porque somos: ubuntu como uma contribuição sul-africana para a política internacional** 2022.

NGUNJIRI Lessons in **spiritual leadership from Kenyan women Faith Wambura**

NGUNJIRI Eastern University, St Davids, Pennsylvani 2010.

QUADROS Mariana Felix, **Descolonizando as relações internacionais: a raça e o racismo como categoria de análise**, 2019, Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF – ISSN 1677-1001.

QUIJANO, Aníbal, **“Colonialidade do poder e classificação social,”** in Santos, (2010),

RAMOSE, M. B. **A ética do Ubuntu. Tradução para uso didático** de: RAMOSE, Mogobe B. The ethics of ubuntu. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. New York: Routledge, 2002, p. 324-330, por Éder Carvalho.

SANTOS Boaventura de Sousa, **para além do pensamento abissal, Das linhas globais a uma ecologia de saberes** 2007, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal).

SAID Edward **Culture and Imperialism**, 1994, Duke University pres.

SARFATI Gilberto, **Teoria das Relações Internacionais** 2005 São Paulo Saraiva.

SILVA Marco Antônio de Meneses, **Teoria crítica em Relações Internacionais**, 2005 Universitário de Brasília (Uniceub).

WALKER A. Eleonora, Stevens K. A at *all*, **Promoting Diabetes Self-management among African Americans: An Educational Intervention**, 2010 Johns Hopkins University Press.

WEBER, C. IR: **the resurrection or new frontiers of incorporation**. European Journal of International Relations, 1999, University of Leeds

TUTU, A. D. Chapter Four: **The African Ubuntu Philosophy**, University of Pretoria 2004, 25.

ZIEGLER, Jean. **Destrução em massa: geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2013.